

# Incorporações protéticas em Paul B. Preciado: para acabar com a Natureza

Letícia Conti Decarli<sup>1</sup>  0000-0001-9283-6718

<sup>1</sup>Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. 24210240 – posfiluff@gmail.com



**Resumo:** Ao borrar a distinção entre sexo e gênero, Paul B. Preciado defende que o sexo é produto de um conjunto de tecnologias que produz a materialidade do gênero sob a aparência de Natureza. Exploramos de que maneira a tese de Thomas Laqueur acerca da criação da noção moderna de sexo nos ajuda a compreender a concepção de sexo preciadiana. A partir de então, chegamos à formulação de que o sexo, para Preciado, consiste em uma incorporação protética do gênero. Porém, essa não se limita à noção moderna de sexo, uma vez que se prolonga e se evidencia ainda mais no capitalismo farmacopornográfico. Buscamos compreender, assim, o que o autor define como “incorporações protéticas” e, por fim, como é possível fazer usos subversivos delas.

**Palavras-chave:** Prótese; incorporação; sexo; gênero; Preciado.

## **Prosthetic incorporations according to Paul B. Preciado: to end Nature**

**Abstract:** By blurring the distinction between sex and gender, Paul B. Preciado proposes that the concept of sex is the product of a set of technologies which produces gender materiality under the appearance of Nature. We explore the way in which Thomas Laqueur's thesis about the creation of the modern concept of sex can provide tools to understand the precadian concept of sex. Based on this proposal, we suggest that the concept of sex, according to Preciado, consists in a prosthetic incorporation of gender. However, this last definition is not limited to the modern notion of sex, since it continues and becomes even more evident in pharmacopornographic capitalism. Thus, we seek to understand what the author defines as “prosthetic incorporations” and, finally, how it is possible to make subversive uses of them.

**Keywords:** Prosthesis; incorporation; sex; gender; Preciado.

## **Incorporaciones protésicas en Paul B. Preciado: para acabar con la Naturaleza**

**Resumen:** Desdibujando la distinción entre sexo y género, Paul B. Preciado sostiene que el sexo es producto de un conjunto de tecnologías que producen la materialidad del género bajo la apariencia de la Naturaleza. Exploramos cómo la tesis de Thomas Laqueur sobre la creación de la noción moderna de sexo nos ayuda a comprender la concepción del sexo de Preciado. A partir de entonces llegamos a la formulación de que el sexo, para el filósofo, consiste en una incorporación protésica del género. Sin embargo, esto no se limita a la noción moderna de sexo, ya que continúa y se vuelve aún más evidente en el capitalismo farmacopornográfico. Buscamos comprender, por tanto, lo que el autor define como “incorporaciones protésicas” y, finalmente, cómo es posible hacer usos subversivos de las mismas.

**Palabras clave:** Prótesis; incorporación; sexo; género; Preciado.

## Introdução

Um dos pontos mais importantes na produção teórica e militante de Paul B. Preciado, filósofo em cujo pensamento centraremos esse estudo, é marcar a “artificialidade” da categoria de sexo, a qual geralmente é considerada natural: “É hora de deixar de estudar e de descrever o sexo como parte da história natural das sociedades humanas” (Paul B. PRECIADO, 2017, p. 23). Preciado procura compreender como o próprio corpo biológico, os órgãos e a anatomia são um recorte do corpo que serve de matéria de produção das relações sociais de dominação.

Ao relembrar Foucault, afirma que a “própria tarefa da ação política é fabricar um corpo” (PRECIADO, 2020a, p. 1). Assim, o próprio corpo anatômico é produto de tecnologias políticas. Preciado chama de “ficções políticas” as identidades produzidas pela maquinaria patriarcal do sexo-gênero, tais como “masculino/feminino”, “homem/mulher”, “homossexual/heterossexual” etc. No entanto, dizer que essas são ficções políticas não implica negar seus efeitos materiais, visto que, justamente, como buscaremos demonstrar, a ação política fabrica próteses, ou seja, incorpora significados culturais ao corpo. O objeto deste artigo é justamente essa produção material do gênero que Preciado chama de incorporações protéticas. Colocamos o foco principalmente sobre *O Manifesto Contrassexual* (PRECIADO, 2000) e *Testo Junkie* (PRECIADO, 2018a), que seguem muito atuais nos dias de hoje.

O nosso objetivo consiste em fazer um estudo filosófico da artificialidade da categoria do sexo em Preciado, destrinchando o que o autor nomeia de “incorporações protéticas” e, por fim, mostrar como sua filosofia se empenha em buscar a criação de práticas de liberdade frente às tecnologias repressivas do sexo e do gênero. Qual é a importância de demonstrar o caráter artificial do sexo? Se Preciado busca compreender o funcionamento das tecnologias do sexo e do gênero, outras perguntas se colocam: como é possível intervir nesse funcionamento, e como podemos fabricar e incorporar outras próteses que sejam subversivas?

## A oposição entre sexo e gênero: da natureza à técnica

No verbete “Sexo e gênero” escrito por Nicole-Claude Mathieu no *Dicionário crítico do feminismo*, a autora explica que se usa geralmente a distinção entre sexo e gênero como uma oposição segundo a qual o sexo seria o que deriva do domínio biológico, e o gênero, do social. Tal oposição marca, de um lado, uma diferenciação biológica e, de outro, uma diferenciação social (MATHIEU, 2009, p. 205, tradução nossa). A diferenciação biológica se refere à aquisição de diferentes propriedades funcionais reprodutivas por células semelhantes. O ser humano, desse modo, é uma espécie de reprodução sexuada e possui “dois sexos anatômico-fisiológicos que têm por única função sua perpetuação física: a produção de novos indivíduos” (*Ibidem*). Mathieu explica que a sociedade humana sobredetermina essa diferenciação biológica quando designa funções diferentes a esses dois sexos, muito frequentemente hierarquizadas no corpo social. Uma tal diferenciação social consiste no gênero: “Elas [as sociedades humanas] lhe aplicam [à diferenciação biológica] uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é imposto culturalmente à fêmea para fazer dela uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho para fazer dele um homem social” (*Ibidem*). Para Mathieu, o gênero se exerce materialmente na divisão “sociossexual” do trabalho e na organização social do trabalho reprodutivo, de modo que transforma e exacerba a capacidade reprodutiva das mulheres. E como efeitos dessa diferenciação social de base temos a distinção de “atributos” femininos ou masculinos como os modos de se vestir, os comportamentos e atitudes e a desigualdade de acesso aos recursos materiais e mentais (MATHIEU, 2009, p. 206).

Segundo Judith Butler, tal oposição, no âmbito das teorias feministas, serviu para “contestar a formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2003, p. 9), sob a justificativa de que, se o sexo é um domínio intratável da biologia, o gênero, por sua vez, na medida em que designa a dimensão culturalmente construída sobre dados biológicos, consiste numa dimensão sobre a qual podemos intervir, diferentemente da primeira. A obra intitulada *Sexo, gênero e sociedade*, de Ann Oakley (1972), é um marco, afirma Elsa Dorlin, da emergência do uso do termo “gênero” na teoria feminista para se referir aos significados culturais atribuídos aos sexos (DORLIN, 2021, p. 22). Assim, ficamos, por enquanto, com esta primeira definição de gênero retirada da teoria feminista construtivista: “a construção social e cultural da diferença sexual” (PRECIADO, 2008, p. 82, tradução nossa).<sup>1</sup>

Algumas/alguns pensadoras/es feministas, porém, como é o caso de Butler e Preciado, questionam essa divisão. Também é o caso da bióloga e ativista feminista Anne Fausto-Sterling, para quem essa divisão reflete uma falha das teorias feministas de não questionar o domínio do que seria o sexo, deixando em aberto uma perigosa brecha para justificativas comportamentais fundamentadas em diferenças biológicas.

Nossos corpos são muito complexos para fornecer respostas bem definidas sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos por uma simples base física para o “sexo”, mais se torna claro que o “sexo” não é uma pura categoria física. Sinais corporais e funções que definimos como macho ou fêmea já vêm emaranhados em nossas ideias sobre o gênero (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 4).

Preciado afirma que a tarefa do(a) filósofo(a) ativista é demonstrar os processos de construção que estão por trás da naturalização de noções políticas, por exemplo, as de homem e mulher. É justamente o que a teoria feminista faz ao historicizar as relações de dominação que

<sup>1</sup> Usamos duas edições de *Testo Junkie* devido a algumas variações, a espanhola (2008) e a brasileira (2018a).

atribuem papéis sociais ao sexo. No entanto, segundo Preciado, o feminismo *queer*, por exemplo, com Teresa de Lauretis, Judith Butler e Denise Riley, chama atenção para o fato de que não é suficiente nos ocuparmos de demonstrar as relações políticas apenas do que se chama de gênero e sexualidade, mas também no âmbito do que se chama de sexo biológico, e como essas três instâncias estão relacionadas na construção de uma normalidade heterossexual e binária.

Para Preciado, a clivagem entre sexo e gênero reflete um debate tradicional entre duas tendências ou vertentes do feminismo – essencialista e construtivista – que revela um “pressuposto moderno” comum a ambas e que reflete a dicotomia entre natureza e cultura.

De um lado, o feminismo essencialista opera uma crítica à tecnologia no viés dominado pelo poder repressivo masculino que enaltece a libertação do corpo das mulheres. Nesse viés, o corpo das mulheres é apresentado como um corpo natural que recebe o poder dominador dos homens sobre a “capacidade mais essencial das mulheres”: a reprodução (PRECIADO, 2017, p. 152). Portanto, para Preciado, essa posição promove uma “renaturalização” do corpo das mulheres, pois advoga pela libertação de seus corpos naturais e originalmente livres.

De outro lado, o feminismo construtivista rompe com o essencialismo na medida em que realiza uma desnaturalização da mulher e a coloca como o produto de uma construção social. Todavia, ainda que essa vertente construtivista acentue o caráter histórico e político dos papéis atribuídos às mulheres, acaba por reessencializar o corpo e o sexo por meio da distinção entre sexo e gênero, pois, se, por um lado, considera o gênero como uma variável histórico-cultural, por outro, reserva ao corpo e ao sexo um “limite natural intransponível” (PRECIADO, 2017, p. 154). Desse modo, o sexo seria “uma matéria disforme à qual o gênero viria a dar forma e significado dependendo da cultura ou do momento histórico” (PRECIADO, 2017, p. 29).

O pressuposto comum às duas vertentes ressaltadas por Preciado é aquele de que o corpo é o lugar da natureza primeira, enquanto a tecnologia é um artefato cultural que vem modificar uma natureza dada. Assim, teríamos uma oposição entre o corpo vivo como ordem primeira e matéria biológica e a máquina inanimada como tecnologia. Tal pressuposto reflete a dicotomia entre natureza e cultura ou do que poderíamos chamar, talvez, de uma retomada moderna da distinção grega entre *phýsis* e *techné*: a primeira como natureza e a segunda como arte ou ofício de fabricar. Preciado afirma que, segundo Haraway, a tecnologia, referindo-se ao conjunto de instrumentos fabricados pelos homens, é crucial para a definição de humanidade no sentido da antropologia colonial, na qual “humano” diz respeito ao animal que, de maneira oposta aos primatas e às mulheres, faz uso daqueles instrumentos. Nesse sentido, temos que a noção do humano masculino é diferenciada do corpo feminino, este tomado como um corpo sexual apto e disponível para a procriação. Segundo Preciado, enquanto “a masculinidade foi descrita em função de sua relação com os dispositivos tecnológicos, (...) a feminilidade foi definida em função de sua disponibilidade sexual” (2017, p. 149). A dicotomia entre natureza e tecnologia fornece as bases para a naturalização do sexo. A definição de tecnologia também serve como parâmetro para medir o grau de “civilização” entre diferentes formações sociais e determinar uma hierarquia entre culturas “primitivas” e “avançadas”, o que pretende justificar uma dominação do que é “natural” pela cultura tecnológica evoluída. Assim, podemos observar que a noção de tecnologia guarda consigo a conotação de algo ativo e dominador, enquanto o natural remeteria àquilo que é passível de dominação.

A noção de tecnologia como “totalidade dos instrumentos que os homens fabricam e empregam para realizar coisas” serve de apoio às noções aparentemente intocáveis de “natureza humana” e “diferença sexual”. A tecnologia é também o critério do colonizador para determinar o grau de cultura, de racionalidade e de progresso alcançado pelos “povos”. Nas narrativas colonialistas dominantes, as mulheres e os “indígenas” [...] são descritos como se fizessem parte da “natureza” e se transformam, por essa razão, nos recursos que o “homem branco” deve dominar e explorar. A noção de tecnologia é, então, uma categoria-chave ao redor da qual se estruturam as espécies (humana/não humana), o gênero (masculino/feminino), a raça (branca/negra) e a cultura (avançada/primitiva) (PRECIADO, 2017, p. 148-149).

Ainda que o feminino tenha sido identificado pela disponibilidade reprodutiva como sua condição “natural”, a reprodução sexual está desde há muito regulada por inúmeras tecnologias culturais que a controlam: “os regimes de contracepção e de aborto, os tratamentos médicos e religiosos do parto etc.” (PRECIADO, 2017, p. 150). Preciado observa que as categorias de tecnologia e de sexo possuem uma cumplicidade estratégica nesse discurso colonialista. Por trás da etimologia da palavra grega *techné*, podemos encontrar uma ambiguidade que põe em dúvida a naturalidade tanto do sexo quanto da reprodução sexual. *Techné* remete ao mesmo tempo à forma de geração natural e à forma de geração artificial. O exemplo que Preciado utiliza, via Lyotard, é o de quando Aristóteles se ocupa de suas teorias acerca da reprodução. O filósofo grego descrevia a procriação de maneira análoga à tecnologia agrícola: o esperma era constituído por “homúnculos” que são depositados no campo de cultivo, isto é, no ventre feminino. A reprodução era compreendida como “uma tecnologia agrícola dos corpos, na

qual os homens são os técnicos e as mulheres, campos naturais de cultivo” (PRECIADO, 2017, p. 150). Nesse sentido, a *techné* carrega um sentido ambíguo, uma vez que pode se referir tanto à produção artificial dos homens sobre a natureza, mas também à procriação humana. Nas palavras de Preciado, “a tecnologia recorre simultaneamente à produção artificial (onde *techné* = *poiesis*) e à reprodução sexual ou “natural” (onde *techné* = geração)” (*Ibidem*).

Para Preciado, todavia, a tecnologia não consiste naquilo que modifica uma natureza dada, mas sim “naquilo que fabrica o que entendemos por ‘natureza’”. A tecnologia fabrica materialmente aquilo que Preciado chama de “ficções políticas” e cria o efeito de que essas ficções são realidades atemporais, empíricas e naturais. Alguns exemplos dessas ficções políticas são as identidades sexuais e de gênero, isto é, homem/mulher, heterossexual/homossexual, transexual etc. O filósofo compreende a tecnologia à maneira foucaultiana, de modo que esse conceito não se reduz a instrumentos ou máquinas, ou seja, ao conjunto de objetos que os homens utilizam para fabricar coisas; mas diz respeito, isto sim, a um sistema de poder produtivo: “Para Foucault, a técnica é um dispositivo complexo de poder e de saber que integra os instrumentos e os textos, os discursos e os regimes do corpo, as leis e as regras para a maximização da vida, os prazeres do corpo e a regulação dos enunciados de verdade” (PRECIADO, 2017, p. 154).

Desse modo, Preciado borra a distinção entre natureza e técnica na medida em que a técnica produz uma determinada “natureza”, ou melhor, produz ficções políticas com aparência de natureza imutável para fins de dominação e controle. E se o gênero era associado à técnica e o sexo à natureza, a oposição entre sexo e gênero também se encontra aqui borrada. Não podemos isolar os corpos das forças sociais, pois ambos se encontram em um mesmo plano, no qual não há distinção ontológica entre natureza e artifício. Se o que entendemos por “Natureza” é produzido pela técnica, o que chamávamos de gênero (os papéis e funções sociais) é o que produz o sexo enquanto “natureza”. Para Preciado, não só o gênero é tecnológico, mas o sexo também.

Por que Preciado sustenta que o corpo enquanto uma natureza estável é um “pressuposto moderno”? Nas duas próximas seções do texto, propomos uma leitura de Preciado através da tese de Thomas Laqueur acerca da invenção da noção moderna de sexo.

## A invenção da noção moderna de sexo em Laqueur

Laqueur afirma que seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* “versa sobre a criação, não do gênero, mas do sexo” (Thomas LAQUEUR, 2001, p. 23). A noção moderna de sexo, para Laqueur, é uma invenção do século XVIII e tem como paradigma o modelo da diferença sexual. No entanto, antes de tratarmos da noção moderna de sexo, vejamos rapidamente com o que esse paradigma está em ruptura, e assim poderemos compreender a tese que Laqueur defende acerca da criação da noção de sexo.

De acordo com Preciado, há um consenso entre os historiadores da ciência e do Renascimento de que, até o século XVIII, a epistemologia sexual dominante no Ocidente era o modelo do “sexo único” ou “monossexual”, no qual o corpo masculino era o único considerado anatomicamente perfeito. O corpo das mulheres não possuía pleno reconhecimento político nem anatômico, pois era definido a partir do modelo de perfeição do corpo masculino. Assim, o corpo feminino consistia numa variação imperfeita do corpo masculino. Para Laqueur, até o século XVIII, essa epistemologia monossexual dominante era baseada em um “sistema de semelhanças”, uma vez que só há um sexo perfeito e, desse modo, a mulher ou o sistema reprodutivo feminino é descrito em função de suas semelhanças com o único sexo perfeito, o masculino. Para citar apenas um exemplo, dentre muitos de que trata Laqueur, temos o médico e anatomista grego Galeno (século II d.C.), que descrevia as mulheres como homens invertidos: para ele, a vagina consistia em uma inversão do pênis causada por uma falta de calor. Desse modo, a diferença entre o homem e a mulher era de grau de perfeição. Vagina e pênis não eram entendidos como dois órgãos biologicamente distintos e com funções próprias. A vagina é que derivaria do pênis, pois, sendo este o modelo biologicamente perfeito, aquele era um órgão “defeituoso” que não se desenvolveu completamente e sofreu uma espécie de retenção interna causada pela falta de “calor vital”.

No entanto, a partir do século XVIII, os órgãos passaram a ser interpretados como dois sexos “substancialmente” diferentes, no sentido em que cada um tem uma existência própria, um não deriva do outro. Em contraste com o modelo monossexual, o sexo moderno é caracterizado enquanto um “sistema de diferenças”, pois os dois sexos passam a ser descritos a partir de suas diferenças e oposições, ainda que de certa forma colocados como “complementares”, e não mais a partir das semelhanças com o modelo perfeito. Trata-se de uma estética da diferença sexual que opõe, nas palavras de Preciado, “a anatomia do pênis àquela da vagina, os ovários aos testículos, a produção de esperma e a produção uterina, os cromossomos X e Y, mas também o trabalho produtivo masculino e a domesticidade reprodutiva feminina” (2020b, p. 74-75). A mulher passa a ser um sexo por si só: por exemplo, o que antes era chamado de “ventre”, uma espécie de pênis negativo, ganha o nome de útero, com características próprias.

[O] antigo modelo no qual os homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem (LAQUEUR, 2001, p. 17).

O ponto mais importante, para nós, é precisamente a tese que Laqueur defende segundo a qual a noção moderna de sexo elege de maneira inédita o corpo biológico como o fundamento dos papéis de gênero. Trata-se de uma nova maneira de conceber o corpo que difere da maneira como os antigos, segundo o modelo monossexual, entendiam o corpo e o sexo. Para Laqueur, no modelo monossexual, a carne apenas reflete uma realidade metafísica superior que se expressa nas hierarquias sociais. Ou seja, “o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica” (LAQUEUR, 2001, p. 19), uma vez que o social, ou a bipartição social das funções e dos papéis que hoje nós entendemos como gênero, já consistia no “natural”, mas num sentido metafísico: “não há um esforço para basear os papéis sociais na natureza; as próprias categorias sociais são naturais e estão no mesmo nível explanatório do que nós consideramos ser fatos físicos ou naturais” (*Ibidem*, p. 45). A anatomia apenas revelava uma realidade extracorpórea estável, de forma que os papéis sociais (o que entendemos como gênero agora) antecedem e determinam as diferenciações anatômicas. Os órgãos eram apenas epifenômenos de uma ordem maior. O modelo do sexo único é compreendido por Laqueur como um esforço de preservação de um patriarcado em que apenas o homem é reconhecido como sujeito soberano, a medida de todas as coisas, ao passo que “a mulher”, como lembra Preciado, não existe ainda.

Se no modelo monossexual precedente, o que entendemos hoje como gênero (construção social e cultural da diferença sexual) era primeiro em relação ao sexo (a diferença sexual enquanto diferenciação biológica), na concepção moderna de sexo, é o corpo que serve de fundamento para a verdade sobre o gênero. Ou seja, agora o sexo antecede o gênero. É o que Preciado chamou de “pressuposto moderno” (2017, p. 157): o corpo biológico, considerado não histórico e estável, é a natureza determinante das relações sociais. Nesse sentido, a anatomia determina o gênero – os comportamentos e funções sociais. O fato físico tornou-se o ponto decisivo dos discursos acerca dos sexos. Trata-se da invenção de uma noção de sexo enquanto categoria anterior à cultura que se coloca como alicerce natural para o gênero. Muda-se a própria forma como o corpo é entendido em relação à cultura. É por meio dessa “invenção” que se encontram justificativas naturalistas que pretendem explicar a bipartição das funções e atitudes no social e, principalmente, o papel da mulher como sexo passivo.

## A atribuição do sexo como incorporação protética do gênero

A nossa proposta é explicar o conceito de sexo em Preciado à luz da tese de Laqueur segundo a qual a invenção da noção moderna de sexo pressupõe um corpo biológico que fundamenta naturalmente o gênero. Em Preciado, o sexo entendido como tecnologia remete à produção das identidades sexuais ou da diferença sexual como uma “natureza”, ou seja, trata-se da fabricação de ficções políticas com aparência de natureza, a qual é assegurada justamente pela produção do “corpo moderno biológico” como grau zero da cultura, pelo que, nos termos de Laqueur, foi uma maneira inédita de eleger um corpo anatômico separado do campo político.

Preciado afirma que a tecnologia sexual consiste em uma “mesa de operações” abstrata (PRECIADO, 2017, p. 127) na medida em que opera um recorte de zonas corporais, cada uma delimitando um órgão com uma função específica. Sendo um dispositivo de produção de feminilidade e masculinidade, a diferença sexual é uma fragmentação do corpo que “recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva (...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual” (*Ibidem*, p. 25). A estética da diferença sexual, além de ser uma produção de sujeição das mulheres, também é um processo que fabrica a heterossexualidade como natureza. Aquilo que Preciado chama de “tecnologia social heteronormativa” (*Ibidem*) pode ser descrito como um conjunto de instituições que produz corpos-homem e corpos-mulher e se utiliza da invenção de um corpo natural como base de verdade para legitimar seus papéis sociais correspondentes. Desse modo, a invenção da noção moderna de sexo precisa, como demonstrou Laqueur, de um suporte físico e de determinado recorte do corpo para se legitimar como natureza. É um recorte de órgãos sexuais segundo a sua capacidade reprodutiva (pênis, vagina) que os faz coincidir com identidades de gênero e papéis sociais (homem, mulher).

Notemos que a operação de Preciado não é a mesma que a de Laqueur, uma vez que o primeiro compreende a anatomia, o próprio “recorte” dos órgãos segundo uma função como uma produção tecnológica, uma maneira de reduzir a multiplicidade da potência de um corpo a uma função. O corpo moderno biológico é um produto das tecnologias do sexo, desse recorte material de órgãos segundo ideais reguladores de gênero. Laqueur tem o mérito de demonstrar como “a epistemologia sozinha não produziu dois sexos opostos; isso ocorre em



certas circunstâncias políticas”, isto é, ele demonstra como tudo o que se pretende falar sobre o sexo já possui reivindicações sobre o gênero. O sexo é sempre situacional e o discurso que a ciência produz sobre ele envolve relações de poder e concepções sociais de gênero (LAQUEUR, 2001, p. 22-23). No entanto, Laqueur (2001) compreende também que, na passagem do modelo monossexual ao da diferença sexual,

[h]ouve um claro progresso na compreensão do corpo humano em geral e na anatomia e fisiologia reprodutiva em particular. A ciência moderna e a mulher moderna são muito mais capazes de prever a probabilidade cíclica da gravidez que suas ancestrais; a menstruação é um processo fisiológico distinto do sangramento hemorroidal, contrário ao pensamento dominante no século XVIII, e os testículos são histologicamente distintos dos ovários. Qualquer história de uma ciência, por mais que enfatize o papel dos fatores políticos, ideológicos ou estéticos, tem de reconhecer esses inegáveis sucessos e as práticas que os tornaram possíveis (p. 27).

Preciado, por sua vez, insiste num construtivismo mais radical, pois a sua preocupação, pelo menos nesse momento do contexto do *Manifesto Contrassexual*, não é discutir o que tem mais validade científica, mas mostrar que a própria ideia de Natureza já é uma invenção política. Ou seja, sua discussão não é apenas epistemológica, mas, sobretudo, política. Como explica Ana Oliveira, o *Manifesto Contrassexual* se coloca assumidamente “como rejeição da Natureza (...) isto é, como rejeição do discurso sobre uma ordem natural que precede e constitui o humano” (OLIVEIRA, 2020, p. 2).<sup>2</sup>

Apesar dessa diferença entre Laqueur e Preciado, na argumentação de Preciado, encontramos o mesmo “pressuposto moderno” que promove a criação de um corpo natural e livre de tecnologias que serve de fundamento para a divisão social dos sexos. Se, segundo Laqueur (2001), “os dois sexos (...) foram inventados como um novo fundamento para o gênero” (p. 190), Preciado compreende essa invenção como uma “mesa de operações” abstrata, a qual corresponde ao procedimento da atribuição de sexo (“é menino ou menina”); e que não equivale a uma simples descrição de órgãos, mas a atribuições de papéis sociais cuja pretensão de natureza se apoia em um suposto corpo primário que antecederia as tecnologias. Ou seja, a atribuição de características femininas e masculinas a determinados órgãos se efetua a partir de paradigmas políticos reguladores, isto é, a partir de noções culturais sobre o que é masculino e feminino, ser homem ou mulher, ou seja, o gênero como a diferenciação social das funções e dos comportamentos considerados masculinos e femininos, que, no entanto, se esconde atrás da pretensão de apenas descrever órgãos e funções reprodutivas naturais.

Sobre essa mesa de dupla entrada (masculino/feminino) se define a identidade sexual, sempre e cada vez, não a partir de dados biológicos, mas com relação a um determinado *a priori* anatômico-político (...). Por trás da pergunta: “é menino ou menina?” esconde-se um sistema diferenciado que fixa a ordem empírica tomando o corpo inteligível graças à fragmentação ou à dissecação dos órgãos; um conjunto de técnicas visuais, discursivas e cirúrgicas bem precisas que se escondem atrás do nome “atribuição de sexo” (LAQUEUR, 2001, p. 128).

A atribuição de sexo, em Preciado, define-se como uma “incorporação protética do gênero”. O sexo moderno é o gênero incorporado na medida em que dá uma matéria aos papéis e funções sociais. Podemos propor essa formulação no sentido em que, aqui, utilizamos o termo “gênero” à maneira das feministas construtivistas (que Preciado chama de um construtivismo “light”), isto é, enquanto a construção social e cultural da diferença sexual. O sexo consiste na incorporação de códigos e funções sociais/artificiais de masculinidade e feminilidade. E o corpo produzido nesse processo é justamente o que entendemos por corpo biológico, o qual, para Preciado, é uma prótese. Se na medicina a prótese é objeto artificial incorporado que serve para suprir uma falta, na filosofia de Preciado, a prótese é uma tecnologia tornada corpo, ou melhor, é a incorporação de relações de poder que, no entanto, não vêm suprir uma falta, mas produzir uma Natureza, fundamento em relação ao qual se pode dizer que há uma falta. No caso da noção moderna de sexo, é precisamente o corpo biológico em oposição à tecnologia que é produzido para servir de fundamento material que esconde a sua artificialidade. A invenção do sexo é uma “produção protética do gênero” na medida em que atua a partir da fixação orgânica de diferenças sociais e políticas (*Ibidem*, p. 154).

É imprescindível ressaltar que Preciado afirma que a prótese, todavia, “não é uma essência” (2017, p. 207), e que o gênero não é algo que nós somos, mas algo que é produzido coletivamente num campo social. Ou seja, a incorporação protética não consiste em tornar corpo uma essência ideal – como se fosse a passagem de uma essência ideal à existência

<sup>2</sup> Para nós, é muito importante destacar nuances dessa posição de Preciado em relação aos seus livros mais recentes, visto que, a partir de, principalmente, *Eu sou o monstro que vos fala*, Preciado (2020b) se propõe a discutir com o âmbito científico e sobre a validade científica da diferença sexual. Ele passa a reformular alguns de seus argumentos a partir de Thomas Kuhn, afirmando que passamos por uma espécie de crise do paradigma da diferença sexual não apenas no âmbito político, como também científico. Mas este é assunto para outra ocasião, visto que não é o objeto central deste artigo e mereceria uma abordagem mais refinada.

concreta –, visto que é produção de algo que não existia, é a produção justamente de uma ficção política. No entanto, essa última passagem pode parecer contraditória, pois há pouco dissemos que o procedimento das tecnologias do sexo era o de tornar corpo ideais de gênero que se pretendem naturais. A palavra-chave aqui é precisamente “pretendem”: esses são falsos ideais de gênero, visto que eles são produzidos politicamente, mas pretendem se passar por naturais e empíricos. Na verdade, seu procedimento é artificial e produz uma ficção política que, concretamente, nunca corresponde ao ideal pelo qual pretende se passar: a prótese é “efeito múltiplo” (*Ibidem*), e não essência incarnada. Nem o homem mais “machinho” corresponde concretamente ao ideal do gênero/sexo masculino.

Ainda que Preciado não chegue a formular exatamente nesses termos (incorporação protética do gênero), a junção de dois trechos no *Manifesto Contrassexual* nos impulsiona a formular dessa maneira: Preciado afirma que “[t]alvez o maior esforço das tecnologias do gênero não tenha sido a transformação das mulheres, e sim a fixação orgânica de certas diferenças. Chamarei esse processo de fixação de ‘produção protética do gênero’” (*Ibidem*, p. 154, grifo nosso). A fixação orgânica do gênero é justamente a produção da noção moderna de sexo enquanto a diferença sexual “natural”. Algumas páginas à frente, o autor escreve: “de um ponto de vista contrassexual, o que me interessa é precisamente essa relação promíscua entre a tecnologia e os corpos. Trata-se, então, de estudar de que modos específicos a tecnologia ‘incorpora’, ou, dito de outra maneira, ‘se faz corpo’” (*Ibidem*, p. 158, grifos nossos). Assim, as tecnologias do sexo são aquelas que se encarregam de incorporar (tornar corpo) o gênero (bipartição social das funções e comportamentos) de maneira protética (política e não essencial), mas com a aparência de Natureza (porque produz o corpo biológico).

Preciado chama atenção para o fato de que todos nós passamos por esse processo de atribuição sexual, por essa mesa abstrata de operações. As operações chamadas de mudança de sexo ou de redesignação sexual, tanto aquelas em indivíduos transexuais quanto em intersexuais, nada mais são do que “mesas secundárias”, um segundo recorte do corpo, dessa vez concreto, onde se “renegocia o trabalho de recorte realizado sobre a primeira mesa de operações abstrata pela qual todos nós passamos” (*Ibidem*, p. 128). A diferença é que, nessas mesas secundárias, o recorte é literalmente feito na carne. As cirurgias de redesignação sexual, para Preciado, evidenciam a custosa tecnologia que é o sexo, uma vez que cirurgias de mudança de sexo ou de adequação de um corpo intersexual ao paradigma binário exigem modificações corporais, recortes corporais que têm o objetivo de assegurar a coerência exigida pela estética da diferença sexual entre a identidade sexual e o corpo. Esse objetivo é demonstrado no fato de que a “passabilidade” de um indivíduo transexual ou intersexual no âmbito social requer frequentemente modificações corporais, por exemplo, seios de silicone, mastectomia, vaginoplastia, faloplastia, uso de hormônios etc.

A definição de gênero, para Preciado, não está de acordo com aquela dada pelas feministas construtivistas, ou seja, enquanto construção social da diferença sexual, uma vez que esta definição preserva o caráter natural da diferença sexual. Se propomos a formulação segundo a qual o sexo, em Preciado, consiste na incorporação protética do gênero, é seguindo esta operação: a) primeiramente, nos utilizar da definição “light” de gênero para explicar o conceito de sexo como a incorporação protética deste; b) em seguida, evidenciar a subversão da clivagem sexo/gênero e natureza/cultura que essa definição de sexo opera; c) por fim, mostrar como Preciado destitui a definição “light” de gênero. Desse modo, o construtivismo de Preciado não está exatamente em ruptura com o construtivismo feminista que define o gênero como a construção social da diferença sexual, mas consiste em sua radicalização ao desmascarar o sexo como “o último resquício da natureza” (p. 147) e, em seu projeto contrassexual, dar um fim à “Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (p. 21).

## O gênero farmacopornográfico e as próteses moleculares

A categoria de gênero está longe de ter suas origens na teoria feminista. Ela surge no discurso médico e biotecnológico no final dos anos 1940: é usada pela primeira vez em 1947, por John Money, psicólogo infantil encarregado do tratamento dos bebês intersexuais no hospital John Hopkins. A categoria de gênero foi usada nesse contexto para designar um “sexo psicológico” que pode diferir do sexo biológico, de uma tal maneira que a anatomia não necessariamente determina o gênero. Na mesma época, o sexólogo alemão Harry Benjamin administra hormônios sexuais para novos tipos de pacientes que dizem não se identificar com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, mostrando também que é possível modificar tecnicamente o sexo e o gênero através de técnicas cirúrgicas e hormonais.

Assim, essa categoria possui uma maleabilidade diferente daquela rigidez naturalista da noção moderna de sexo, visto que, nas palavras de Preciado, é usada por Money para “falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos,

não pode classificar apenas como femininos ou masculinos" (PRECIADO, 2008, p. 81-82). A categoria de gênero revela, desse modo, uma plasticidade técnica que permite adequar as discordâncias de um corpo desviante do binarismo. Preciado explica que, se a noção moderna do sexo era natural e definitiva na medida em que a anatomia (sexo) antecede e determina os comportamentos (gênero), o sexo é agora possível de ser modificado. Há, assim, uma espécie de clivagem entre o sexo e o gênero, inexistente na concepção moderna de sexo e que faz aparecer uma nova distinção: entre "cis" e "trans".

O autor caracteriza a invenção dessa categoria de gênero como um índice de emergência de um novo governo da sexualidade. Em *Testo Junkie*, Preciado defende a tese de que, a partir dos anos 1950, encontramos a emergência de um novo regime de subjetivação, que ele chama de "farmacopornográfico", isto é, um regime no qual "um conjunto de profundas transformações do corpo e da subjetividade" tem lugar (PRECIADO, 2018a, p. 84). Em termos introdutórios, Preciado denomina "era farmacopornográfica" o regime pós-industrial, global e midiático, que tem início a partir da metade do século XX e é caracterizado como um novo modelo de produção de subjetividade, possuindo como dois eixos centrais o "governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô-) da subjetividade sexual dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos" (PRECIADO, 2008, p. 36). Dessa forma, a produção de subjetividade também é uma questão de economia. Como explica Facundo Nahuel Martín, o regime farmacopornográfico funciona de modo em que o sexo se torna força de trabalho que cria valor: "os motores do capitalismo atual seriam tanto o conhecimento social como a mobilização econômica da vida sexual" (MARTÍN, 2022, p. 50). O nome que Preciado dá a essa força de trabalho sexual é *potentia gaudendi*.<sup>3</sup> O ponto que mais interessa a esse estudo, no entanto, é que a era farmacopornográfica produz e tem como condição, simultaneamente, "um novo tipo de corporalidade" propiciada pelas tecnologias biomoleculares e audiovisuais ou digitais que passam a ser "incorporadas ao sistema molecular e orgânico":

Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto somatopolítico da produção tecnopolítica do corpo parece dominado por uma série de tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet, videogame etc.) que se infiltram e penetram como nunca a vida cotidiana. Trata-se de tecnologias biomoleculares, digitais ou de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas – "incorporadas" (PRECIADO, 2018a, p. 84-85).

No farmacopornismo, as identidades sexuais são fabricadas e comercializadas em escala global: silicone, cirurgias plásticas, hormônios "femininos" e "masculinos", fluidos corporais, células, moléculas, genes são as novas técnicas de produção das identidades sexuais. Da mesma maneira que os objetos de consumo são produzidos em escala global, seios de silicone, bundas e pernas protéticas, braços viris são fabricados por cirurgias estéticas ou suplementos; corpos que fazem fisiculturismo, se plastificam e se vitaminam; corpos que se hormonizam e se tornam ainda mais "masculinos" ou "femininos".

As tecnologias de gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são os verdadeiros fatores econômicos do farmacopornismo. São tecnologias de produção de ficções somáticas. *Masculino* e *feminino* são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem. Assim, a recente história da sexualidade aparece como uma gigantesca Disneylândia farmacopornográfica, em que as metáforas do naturalismo sexual são fabricadas em escala global como produtos de indústrias midiáticas, endocrinológicas, cirúrgicas e do agronegócio (PRECIADO, 2018a, p. 111, grifo no original).

No entanto, é necessário não nos confundirmos frente a essa maleabilidade do gênero: o farmacopornismo de Money e sua equipe não são transgressores das normas advindas do regime da diferença sexual que tinha a noção moderna de sexo como modelo. Os procedimentos reservados aos corpos "anormais" consistem em uma imposição da norma binária, uma reprodução técnica da diferença sexual, uma adequação a um paradigma regulador, "uma tecnologia para modificar o corpo segundo um ideal regulador preexistente que prescreve como deve ser um corpo humano feminino ou masculino" (PRECIADO, 2008, p. 82). É desse modo que o regime farmacopornográfico não está em real rompimento com a noção moderna do sexo, posto que ele se encarrega de construí-la artificialmente através de técnicas cirúrgicas e hormonais. Ou seja, apesar de ele revelar uma brecha que se diz como índice de mutação da diferença sexual, ao invés de construir uma nova epistemologia mais plural e abrangente, o que se faz é intervir diretamente na estrutura orgânica do corpo para reforçar a diferença sexual, de forma a "consertar" o que falha. O regime farmacopornográfico consiste, desse modo, em uma aliança entre o naturalismo heteropatriarcal e binário do sexo moderno com um hiperconstrutivismo das identidades de gênero pela indústria biotécnica. É por isso que Preciado afirma que o

<sup>3</sup> Não trataremos deste conceito aqui. Para uma análise detalhada, conferir *Testo Junkie* (PRECIADO, 2018a, p. 44-53) da edição brasileira.



farmacopornismo arquiteta uma espécie de construtivismo essencialista, uma vez que transforma, por exemplo, a masculinidade e a feminilidade em realidades tangíveis, em substâncias químicas comercializáveis, testosterona, estrogênio, progesterona. Produz-se artificialmente aquilo que se diz “natural”: uma grande fábrica de alta tecnologia da diferença sexual, isto é, de construção material de categorias essencialistas de feminilidade e masculinidade.

Os hormônios sexuais são exemplos paradigmáticos, para Preciado, no que tange à produção técnica farmacopornográfica das identidades sexuais, principalmente os hormônios ditos femininos. A difusão da pílula anticoncepcional não consiste apenas em um projeto de controle de natalidade, mas se efetua também como “um processo de construção somatopolítica” (p. 227) de feminilidade como um biocódigo de gênero. Preciado chama atenção para o fato de que a pílula passa a ser receitada e apresentada como um verdadeiro instrumento de beleza e feminização, sendo usada para o tratamento de acne, aumento do volume dos seios etc. Desse modo, os hormônios são artefatos ou tecnologias moleculares que integram formações físicas e organizações políticas, produzem cadeias moleculares como biocódigos de gênero.

A administração em altas doses de estrogênio e progesterona nos órgãos de mulheres cis ocidentais após a Segunda Guerra Mundial permitiu a produção e reprodução da feminilidade como um biocódigo pronto e padronizado. Esta nova feminilidade microprotética é uma tecnologia farmacopornográfica patenteada que pode ser comercializada – ou transferida para ou implantada em – qualquer corpo vivo (PRECIADO, 2008, p. 224).

Se a noção moderna de sexo já se caracteriza como uma incorporação protética dos papéis e características sociais que são chamadas de gênero (visto que Preciado já vê o desenho anatômico da diferença sexual como uma técnica de representação do corpo), o sexo farmacopornográfico, por sua vez, torna concreto o contexto de produção material das identidades sexuais, consistindo em um esconderijo ainda mais eficaz, pois, nesse caso, as tecnologias são microprotéses que se diluem molecularmente na estrutura orgânica, não são mais apenas representações ou “mesas abstratas”. Nas palavras do autor: “o processo de normalização (atribuição e redesignação) que antes só podia realizado através da representação discursiva ou fotográfica se inscreve agora na estrutura mesma do ser vivo através de técnicas cirúrgicas e endocrinológicas” (PRECIADO, 2008, p. 88). Nesse sentido, o orgânico não se opõe mais ao artificial ou mecânico, pois a tecnociência é capaz não só de intervir sobre as estruturas orgânicas, mas de fabricá-las e diluir-se nelas. A produção de subjetividade se caracteriza por substâncias ingeridas, por próteses e imagens midiáticas estimulantes. As características que se sobressaem nessas novas tecnologias é que elas são líquidas, viscosas, químicas, digitais; em suma, microprotéticas.

O conceito de gênero, para Preciado, assim, não consiste em nenhuma das duas perspectivas de que tratamos até agora: não é nem construção social da diferença sexual, nem “sexo psicológico”. Não há uma clivagem entre sexo e gênero, visto que o gênero, para Preciado, é “um artefato industrial biotécnico” que produz o sexo enquanto uma “ficção somatopolítica” (“somato-” porque são incorporadas materialmente). Em outras palavras, o gênero consiste num conjunto de técnicas que constroem a materialidade dos sexos. Preciado segue de perto Judith Butler quando esta diz que o gênero é performativo, no sentido de que emprega enunciados que produzem aquilo que se pretende descrever, que “realizam atos” ao invés de descrever uma realidade. Por exemplo, os enunciados “é menina” ou “é menino” não apenas descrevem genitais diferentes, mas designam diferentes funções sociais. Para Preciado, esse processo, além de ser performativo, é uma incorporação protética, visto que a invocação performativa é uma primeira etapa da atribuição do sexo, ou seja, a primeira fragmentação do corpo – processo pelo qual todos passamos no momento do nascimento quando somos designados como um sexo ou outro. O que Preciado busca explicitar com o regime farmacopornográfico é como o que era uma “mesa de operações” abstrata se torna concreta. O que ele investiga é a dimensão protética e técnica da produção performativa, ainda mais evidente no farmacopornismo.

## Política da experimentação: próteses subversivas

Gênero é algo que fazemos, não algo que somos – algo que fazemos juntos. Uma relação entre nós, não uma essência. O gênero pode ser usado como uma máquina, com uma única diferença: em relação ao gênero, você (corpo e alma) é o usuário e a máquina ao mesmo tempo. Gênero não é uma máquina que você possui. Pelo contrário, é uma máquina viva que você incorpora e usa sem possuí-la. Gênero não é uma questão de propriedade individual. O gênero nos é imposto em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas, e é apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado (PRECIADO, 2018b, p. 4-5).

Ainda que Preciado insista bastante que as ficções políticas produzidas pelo aparato técnico do gênero não são de origem individual e nos são impostas socialmente, é verdade também que esse mesmo aparato técnico produz a sensação de que há uma verdade interior do gênero. Ou seja, produz-se percepções sensoriais e afetos que tomam a forma de uma “certeza”

de ser homem ou mulher: “[u]m dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do sexual que aparece como realidade emocional evidente à consciência” (PRECIADO, 2008, p. 90). É, desse modo, uma “modelização da subjetividade” ou “programação de gênero” (*Ibidem*, p. 91) que produz sujeitos que se entendem e se sentem como corpos individuais com uma identidade de gênero. Assim, que o gênero seja percebido como identidade pessoal não quer dizer que sua causa eficiente é subjetiva. A sensação do gênero como identidade pessoal é produto de uma tecnologia social.

A incorporação protética é dotada de uma sensibilidade, ela produz efeitos sensíveis, ou seja, fabrica uma subjetividade e “seus” afetos (uma ficção política). Preciado usa como modelo o que foi chamado de “próteses alucinatórias”: aquelas próteses que se incorporam ao corpo humano e produzem alguma sensibilidade (PRECIADO, 2017, p. 163). No entanto, para o filósofo, as próteses não são alucinatórias nem fantasmáticas no sentido de sensações delirantes que se opõem ao real, mas, ao contrário, produzem uma realidade.<sup>4</sup>

Se a filosofia de Preciado procura compreender qual o funcionamento das tecnologias do gênero e do sexo (a incorporação protética), é para pensar como desmontar ou desprogramar essas máquinas, ou seja, como fazê-las funcionar de outra maneira que seja libertária e não normativa. Como fabricar incorporações protéticas subversivas?

A questão não é: o que eu sou? Qual sexo ou qual sexualidade? Mas: como isso funciona? Como podemos interferir no seu funcionamento? E, mais importante ainda: como isso pode funcionar de outro modo? (PRECIADO, 2018b, p. 11-12, grifos nossos).

Ainda que os hormônios sexuais sejam próteses moleculares utilizadas como tecnologias de controle social, para Preciado, eles também podem ser reapropriados e utilizados de outras formas que visam transformar e embaralhar tanto os aspectos orgânicos quanto os afetivos e subjetivos das identidades sexuais e de gênero. Em *Testo Junkie*, Preciado combina aquilo que teoriza como “política da experimentação transfeminista” com seus relatos sobre o uso de testosterona. O primeiro princípio da política da experimentação consiste no seguinte: na medida em que os corpos são “laboratórios políticos”, utilizar-se-á do próprio corpo como terreno de experimentação política. Para Preciado, é preciso, portanto, colocar o próprio corpo e a própria subjetividade à prova como “cobaias” da filosofia.

A perspectiva de um projeto transfeminista preciadiano requer testar sobre o próprio corpo os efeitos farmacopolíticos dos hormônios sexuais sintéticos, com o objetivo de criar e demarcar novas estruturas de inteligibilidade cultural para os sujeitos sexuais e de gênero. Preciado chama esse primeiro princípio da política da experimentação de “princípio da autocobaia”, um termo que o filósofo toma emprestado do alemão Peter Sloterdijk para afirmar que a prática filosófica, ou a própria teoria de modo mais geral, se constrói junto com uma experimentação que demanda uma “autointoxicação voluntária” como modo de transformação da percepção que reconhece formas, qualidades e identidades com as quais já estamos acostumados. O princípio de autocobaia é, desse modo, um requisito para o desafio de multiplicação dos sexos e gêneros como política estratégica contra as tecnologias do sexo e do gênero.

Se a introdução de *Testo Junkie* apresenta o livro como “um protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona” (*Ibidem*, p. 13), podemos ver que Preciado aplica, de fato, o princípio da autocobaia a si próprio quando usa seu corpo como uma plataforma de incorporação de gênero. Neste livro, Preciado relata a sua autoadministração de testosterona sem recorrer a um protocolo legal de transexualização, segundo o qual é necessário autodeclarar-se disfórico de gênero. É porque a testosterona sintética é uma das tecnologias biomoleculares utilizadas para a produção e a normalização do gênero que o uso de testosterona por uma até então mulher *cis* provoca uma certa indiscernibilidade no que se entende culturalmente por masculino e feminino. Segundo Preciado, uma tal “intoxicação voluntária” não se resumia a passar de mulher para homem, “mas (...) contaminar as bases moleculares da diferença sexual, entendendo que (...) homem e mulher existem apenas como ‘ficções políticas’, como efeitos somáticos dos processos técnicos de normalização” (*Ibidem*, p. 153). Assim, a intoxicação voluntária consiste em uma proposta de intervenção nos processos de fabricação de gênero, a serviço da produção de “plataformas sexuais” que misturam a diferença entre masculino e feminino, abrindo um campo de novos possíveis para outras formas de incorporação de gênero além da diferença sexual. Se, de um lado, o transfeminismo se configura como luta pelos direitos da população transexual, de outro, o transfeminismo, para Preciado, também é uma política da experimentação que faz do próprio corpo um índice de mutação social. Essa

<sup>4</sup> Esse argumento é inspirado na concepção de desejo produtivo desenvolvida por Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo*. O próprio Preciado deixa isso claro no anexo do *Manifesto Contrassexual* quando afirma que “[a] prótese não vem compensar fantasmagoricamente uma falta, não é alucinatória nem delirante, mas, como os seios no torso nu do presidente Schreber, constitui um lado de intensidade produtiva” (p. 208-209), citando diretamente *O Anti-Édipo* (p. 28, ed. francesa). Grosso modo, a concepção de desejo produtivo em Deleuze e Guattari recusa a clivagem psicanalítica entre realidade psíquica e material, que faria com que a primeira fosse definida como alucinatória, irreal e fantasiosa, em benefício do desejo como produção do real.

tarefa de experimentação transfeminista, longe de se caracterizar como uma tarefa individual e despolitizada, diz respeito a um projeto político coletivo de transformação das instituições heteropatriarcais, visando “transformar as estruturas convencionais da ‘inteligibilidade cultural’ dos corpos humanos” (PRECIADO, 2018a, p. 369).

Se a prótese é a testosterona que Preciado incorpora, podemos dizer que o filósofo fabrica, em *Testo Junkie*, um sexo/gênero nem masculino nem feminino, mas híbrido ou, como ele próprio chama, monstruoso. Já em 2014, o filósofo deu entrada em um processo legal de redesignação de gênero, sendo aprovada a sua mudança legal para o sexo masculino em 2016. Dessa vez, Preciado fabrica Paul, uma subjetividade transmasculina. Nos dois casos, podemos afirmar que ele demonstra sua filosofia no próprio corpo, colocando-se como um rato de seu próprio laboratório filosófico.

Qual seria, contudo, a diferença entre uma prótese subversiva e uma prótese normativa? Se ambas são produções de ficções políticas, o que permite diferenciar uma da outra? Se entre ambas não há diferença de “natureza” (ou seja, são as mesmas próteses, ambas são artificiais e produtivas), poderíamos dizer que há, entre elas, uma diferença de funcionamento ou de uso. As próteses normativas são produzidas de modo subordinado a ideais reguladores de gênero. Elas produzem ficções políticas que organizam a potência do corpo segundo um modelo binário, que se pretende natural, mas que está a serviço de uma ordem de dominação social. A prótese subversiva, por sua vez, não se subordina a um ideal regulador, mas opera dispersando esse ideal. Procura-se construir subjetividades “monstruosas” que colocam em mutação esse regime de dominação. Ou, em termos deleuzo-guattarianos, que “fazem fugir” uma ordem social: não se trata de fugir, mas de “fazer fugir aquilo de que foge, estourando um cano imundo, fazendo passar um dilúvio, libertando um fluxo” (Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1972, p. 408). Ou seja, enquanto uma está a serviço da reprodução de uma ordem social, a outra visa escapar a essa ordem e criar saídas. A diferença entre os usos subversivo e normativo é que o primeiro reconhece a sua condição protética e, portanto, não tem nenhum ideal regulador, enquanto o segundo continua convencido de que há uma ordem natural que legitima a sujeição de certos corpos a outros. Como explica Preciado, “a *butch* dos anos cinquenta já é queer porque reconhece sua condição protética, enquanto o macho ainda continua persuadido de sua superioridade natural” (PRECIADO, 2017, p. 208). É por isto que o projeto contrassexual de Preciado quer acabar com a ordem da Natureza, a qual visa subordinar certos corpos a outros e opera segundo um ideal regulador para manter uma ordem social. É justamente a pretensão de Natureza que faz um uso normativo da prótese.

## Considerações finais

Por que voltar aos dois primeiros livros de Preciado? Em outro mais recente, *Eu sou o monstro que vos fala* (2020b), o autor afirma que o nosso presente é marcado por uma crise epistêmica do que ele chama de regime da diferença sexual, de modo que precisamos, nos próximos anos, construir uma nova epistemologia que não paute o reconhecimento político pela identidade binária de gênero. No entanto, nesse momento de crise e mutação, encontramos uma multiplicação de forças reacionárias que resistem à mudança. Uma rigidez conservadora se manifesta pelo fortalecimento de ideologias patriarcais e coloniais e reafirma as ideias do antigo paradigma. Como demonstra Mariana Pombo, há muitas vozes contemporâneas que interpretam essas mutações descritas por Preciado num viés negativo e conservador: “A crise epistêmica descrita por Preciado, mais do que negada, é vista como um grande perigo a ser evitado a todo custo” (POMBO, 2021, p. 153).<sup>5</sup> Frente a essas reações hiperbólicas do presente, a proposta deste artigo foi, então, retomar as bases teóricas do pensamento de Preciado, num esforço de destacar a atualidade do tema e de, talvez, ajudar leitores de seus livros mais recentes.

O caminho que propomos passa por uma leitura do conceito de sexo em Preciado enquanto uma incorporação protética do gênero à luz de uma tese de Thomas Laqueur, de modo a evidenciar seu caráter artificial e o papel do conceito de Natureza nas tecnologias repressivas do sexo e do gênero, passando pela noção moderna do sexo à de gênero farmacopornográfico. A incorporação protética não consiste na incorporação de essências ideais, mas na criação de ficções políticas que se passam por empíricas, e que se pautam em essências ideais. Preciado se ocupa, de certa forma, do que podemos chamar de ontologia política, ou seja, de compreender os processos pelos quais um campo social e político constrói suas ficções. Por serem justamente ficções políticas e não essências metafísicas, as próteses sempre são incorporadas, inevitavelmente, com desvios em relação aos ideais reguladores, mesmo em seu uso normativo. Podemos dizer que a importância de ressaltar a artificialidade da categoria de sexo e seu caráter tecnológico consiste em procurar as falhas e descontinuidades das tecnologias do sexo e do gênero no esforço de desmontá-las e, com isso, encontrar possíveis saídas concretas.

<sup>5</sup> Para uma análise detalhada desses exemplos, sugerimos conferir o capítulo 5 do livro *A diferença sexual em mutação: subversões queer e psicanalíticas*, de Pombo (2021).

Receio que aquilo que entendo por 'saída' não seja bem compreendido. Uso essa palavra no sentido mais concreto e mais corrente. Evito, com cuidado, a palavra liberdade, preferindo falar de encontrar uma saída ao regime de diferença sexual, o que não significa tornar-se imediatamente livre. [...] A liberdade de gênero e sexual não pode ser de forma alguma uma distribuição mais equitativa da violência, nem uma aceitação mais *pop* da opressão. A liberdade é um túnel que se cava com as mãos. A liberdade é uma porta de saída. A liberdade [...] se fabrica (PRECIADO, 2020b, p. 29, 31).

## Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'anti-Œdipe: capitalismo et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1972.

DORLIN, Elsa. *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Crocodilo; Ubu Editora, 2021.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. 1 ed. New York: Basic Books, 2000.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTÍN, Facundo Nahuel. "Os materialismos de Preciado: biodrag e capitalismo". In: AXT, Bryan; RUCOVSKY, Martin de Mauro (Orgs.). *Metafísicas sexuais: canibalismo e devoração de Paul B. Preciado na América Latina*. Salvador: Devires, 2022.

MATHIEU, Nicole-Claude. "Sexo e gênero". In: DOARÉ, Hélène; HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 222-231.

OAKLEY, Ann. *Sex, gender and society*. London: Temple Smith, 1972.

OLIVEIRA, Ana. "Ficções porno-políticas do corpo (a partir) de Preciado". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e61544, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/JrYdyqp8FhwVbfWv7mjbXGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01/10/2024.

POMBO, Mariana. *Diferença sexual em mutação: subversões queer e psicanalíticas*. Curitiba: Calligraphie Editora, 2021.

PRECIADO, Paul B. "Aprendiendo del vírus". *El País* [online]. Madrid, 28 de março de 2020a. Disponível em [https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952\\_026489.html](https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html). Acesso em 05/04/2023.

PRECIADO, Paul B. *Je suis un monstre qui vous parle: rapport pour une académie de psychanalystes*. Paris: Bernard Grasset, 2020b.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. A., 2008.

PRECIADO, Paul B. *Transfeminismo*. Série pandemia. São Paulo: n-1 Edições, 2018b.

**Letícia Conti Decarli** ([leticiaconti@id.uff.br](mailto:leticiaconti@id.uff.br); [cleticiad@gmail.com](mailto:cleticiad@gmail.com)) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF) com pesquisa financiada pela CAPES. Possui graduação e mestrado em Filosofia pela mesma universidade. Seus principais focos de pesquisa são a filosofia política de Deleuze e Guattari e o transfeminismo de Paul B. Preciado.



#### COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

DECARLI, Letícia Conti. "Incorporações protéticas em Paul B. Preciado: para acabar com a Natureza". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e91897, 2025.

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

#### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### HISTÓRICO

Recebido em 24/11/2022  
Reapresentado em 17/09/2024  
Aceito em 29/10/2024

